

ATTILIO DANESE (org.), *Paul Ricœur — Persona, comunità e istituzioni: dialettica tra giustizia e amore*. San Domenico di Fiesole: Edizioni Cultura della Pace, 1994, 222 p.

Attilio Danese é professor de Filosofia da História na Universidade de Téramo, Itália, e professor de Correntes Filosóficas Contemporâneas na Pontifícia Faculdade de Educação *Auxilium* de Roma. Junto com a socióloga Giulia Paola Di Nicola, fundou e dirige o *Centro de Ricerche Personaliste* e da revista trimestral *Prospettiva Persona*.

A presente antologia de textos de Ricœur trata dos temas principais sobre o *ethos* da pessoa, as exigências da comunidade, a ética pública, a imputabilidade e a responsabilidade, a relação da justiça com o amor. A segunda parte da obra apresenta os comentários de vários filósofos.

No prefácio, Ricœur aborda sobretudo o tema da “imputabilidade e relativa responsabilidade”, enfatizando a responsabilidade na sua tríplice expressão: moral, jurídica e política. Attilio Danese, sob o título *Ética da responsabilidade e política*, faz a sua introdução à antologia, pondo em relevo a neces-

sidade de fazer uma estreita articulação entre ética e política para a pessoa e lembrando ao mesmo tempo a advertência de Ricœur de ficarmos atentos “às interseções entre ética e política, mais do que às suas inelutáveis separações” (p. 13).

Ao discutirmos ética política, segundo Ricœur, deve-se ter presente a estrutura triádica do *ethos* do ponto de vista político: estima de si, vivendo com e para os outros em instituições justas.

O livro divide-se em três partes.

I — *A pessoa e o terceiro*. Esta parte compreende seis textos de P. Ricœur.

1 — *Por uma autobiografia intelectual*. É uma espécie de autocompreensão através da história dos trabalhos de Ricœur, articulando autocompreensão e história pessoal no plano duma antropologia filosófica. Ressalta as influências intelectuais sofridas na origem das obras publicadas. É um texto muito importante para compreender como e por que Ricœur publicou tais e tais obras em tal momento de sua vida.

2 — *A identidade*. O *Self*. “o problema da permanência no tempo põe em evidência o confronto entre duas ver-

sões da identidade” (p. 54): *a identidade-de-idem e a identidade-ipse*, isto é, quantitativa e qualitativa são exemplos de modos diversos de fazer filosofia, tirados, sobretudo, de Hume e Parfit. A identidade quantitativa sugere que dois termos constituem uma só e mesma coisa. A *identidade-ipse* (qualitativa) funda o conceito de sujeito do direito.

3 — *Quem é o sujeito do direito?* Ricœur quer mostrar neste texto que a questão jurídica: “Quem é o sujeito do direito?” não se distingue, em última análise, da questão moral: “Quem é o sujeito digno de estima e respeito?” Assim, o sujeito capaz se manifesta por mediações interpessoais e institucionais, que asseguram a transição para um sujeito de direito, que se exprime no plano moral, jurídico e político.

4 — *A ética ternária da pessoa.* Ricœur quer prosseguir neste trabalho um substrato semelhante ao de Emmanuel Mounier no *Tratado do caráter*, propondo a seguinte definição de *ethos*: “aspiração a uma vida realizada (feliz), com e para os outros em instituições justas” (p. 78).

Em outras palavras, é a busca da estima de si, o cuidado (solicitude) pelo outro e a efetivação de instituições justas.

5 — *Um novo ethos para a Europa.* Necessidade de imaginação no plano institucional para superar a forma do Estado-Nação, mediante a invenção de novas instituições, que poderiam resumir-se na expressão de um Estado pós-nacional. E isso supõe profundas mudanças dos comportamentos éticos e espirituais, quer da parte dos indivíduos, dos intelectuais, dos homens de cultura, dos políticos e da igrejas, combinando a *identidade* e a *alteridade*.

6 — *Os desafios e as esperanças do nosso futuro comum*, conferência pronunciada no IV Congresso Internacional do Neopersonalismo, realizado na cidade de Téramo, Itália, no período de 23 a 25

de abril de 1993, em homenagem ao 80º aniversário de nascimento de Ricœur. Partindo da idéia de desafio à de responsabilidade, chega à de esperança. Uma outra categoria desenvolvida no texto lembra os poderes do homem, baseados, porém, na trilogia poder-fragilidade-responsabilidade. E essa trilogia constituirá o fio condutor da conferência.

II — Entrevistas e conversações com Paul Ricœur

1 — Entrevista dada a Fernando Di Monte sob o título *Uma vida para a pesquisa*. Nesta entrevista Ricœur revela um pouco do que foram seus primeiros anos de juventude, sua formação e influências filosóficas. E se coloca como alguém que dá um constante testemunho da Palavra.

2 — *A pessoa entre memória e criatividade*, entrevista feita por Attilio Danese e Giulia P. Di Nicola. Explica por que trabalhou os temas da narrativa, do negativo e do mal na história e o problema do poder.

3 — *O Self e a comunicação*, entrevista dada a Attilio Danese. Nesta entrevista são discutidos e explicitados os temas seguintes: a teoria da comunicação hoje, o peso do pensamento de Lévinas neste campo, a relação do *self* com a pessoa, a intersubjetividade e a religião, o papel das instituições nas religiões e o problema do tempo.

4 — *Entre o desafio ético e o compromisso filosófico*, entrevista dada a Osvaldo Rossi. No primeiro momento, desenvolve uma série de explicações sob o subtítulo *o núcleo duro da ética*, como a crise dos valores hoje, concernente à realidade política e social, a confirmação da liberdade e do indivíduo na pessoa, a linguagem ética, o problema do mal. No segundo momento, trata do compromisso da filosofia teórica com a ética, em que é traçado um panorama histórico dos grandes pensadores em relação ao tema.

III — *Confrontos*. Nesta rubrica, alguns pensadores vão expor suas reflexões com relação à temática tratada por Ricœur nos textos acima reunidos.

1 — *Na confluência da ética e política*, por Franco Biano. O autor enfatiza mais a reflexão de Ricœur sobre o agir, salvaguardando, de um lado, a autonomia do político, sem perder de vista a esfera da “vida boa” e, de outro lado, não esquecendo o divórcio a que assistimos hoje entre a esfera dos princípios morais e a ação concreta prático-política.

2 — *Assunção da responsabilidade e motivos de esperança*, por Armando Rigobello. Basicamente, Rigobello toma como fontes principais do seu trabalho os textos seguintes: *O si-mesmo como um outro* e a conferência *Os desafios e as esperanças do nosso futuro*, de Ricœur, *O princípio da responsabilidade*, de H. Jonas, e o *Esboço de uma fenomenologia e de uma metafísica da esperança*, do livro *Homo viator*, de G. Marcel. Partindo do conceito de identidade moral, retoma a pergunta de Ricœur: “A quem é imputável a ação?” Em torno dessa questão é desenvolvida toda uma reflexão tendo como eixo as categorias de identidade e ipseidade, que permitem explicar a assunção da responsabilidade e o viver na esperança.

3 — *Observações do ponto de vista de uma metafísica fenomenológica da pessoa*, por Josef Seifert. Essas observações se desenvolvem em torno do que Seifert chama “o personalismo fenomenológico” de Ricœur e se baseiam sobretudo nos livros *Finitude et culpabilité* e *Soi-même comme un autre*.

A fenomenologia da pessoa que Ricœur desenvolve nesses dois volumes diz respeito sobretudo ao caráter, à felicidade e à pessoa. Ao falar da pessoa, lembra a célebre afirmação de Kant: “a pessoa possui em si um absoluto e não deve ser tomada como meio”, salientando ser uma tal asserção de palpante atualidade.

4 — *Paul Ricœur e a ética contemporânea*, por René Simon. Para tanto foram escolhidos quatro nomes por serem dos mais qualificados no campo da reflexão ético-moral contemporânea: Rawls, Habermas (Apel), Lévinas e Jonas. Com eles Ricœur tem instaurado um diálogo muito rico e enriquecedor.

a) *Rawls*. Na obra do autor de *A teoria da justiça*, Ricœur vê a tentativa, talvez mais representativa, de uma ética processual. Ricœur mostra como as escolhas institucionais são efetivas somente quando se colocam “no prolongamento do momento crítico da convicção moral”.

b) *Habermas*. Com Habermas e com Apel, Ricœur discute o tema central da ética discursiva, isto é, o princípio de universalização.

c) *Lévinas*. Na seção do livro *Soi-même comme un autre*, Ricœur encontra Lévinas ao colocar o segundo componente do objetivo ético (“com e para o outro”). A categoria do *outro* é muito importante na discussão ética de Ricœur.

d) *Jonas*. É muito interessante o encontro de Ricœur com Jonas, como pode ser constatado na resenha *Ética e filosofia da biologia em Hans Jonas* (V. Leituras 2. São Paulo: Loyola, 1996, 229-244). Ricœur observa que a filosofia da biologia conduz Jonas a fundar ontologicamente o imperativo categórico da nova ética do futuro.

Muitas outras considerações poderiam ser elaboradas em torno da obra. Os textos de Ricœur foram selecionados com muito cuidado, bem como os comentários a seu respeito, em vista do título da obra. A tradução em português enriqueceria a já copiosa bibliografia de Ricœur em nosso meio.

Alino Lorenzon

LUÍS COSTA LIMA. *Terra ignota*. A construção de *Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, 304 p.

Se uma obra teve repercussão e influência em nosso país, e contribuiu para fixar o molde como o Brasil vê a si mesmo, é este livro de Euclides da Cunha. Mas ao analisá-lo de perto, Luís Costa Lima viu que havia ainda muito a dizer sobre *Os Sertões*. Analisar é dissolver, e os blocos na aparência tão sólidos que são *A Terra*, *O Homem*, *A Luta*, quando analisados, parecem inconsistentes.

Com efeito, amálgama de literatura e de ciência, não constitui unidade verdadeira: quer a literatura seja um ornato que torne mais agradável a aridez científica, quer ela cubra, com linguagem poética, lacunas que a ciência não preencheu ainda, ou que talvez estivessem para além de suas teorias. Essa hipótese, Euclides não podia sustentar, embora em suas obras, digressões claramente literárias fossem uma maneira de tratar coisas que sua ciência não podia explicar, e acena para soluções que estavam fora de seu âmbito e mesmo de sua lógica.

Tudo isso se delineia como uma “*Terra ignota*” — como por exemplo esse cerne ou “essência” da nacionalidade, formada por uma mestiçagem que em seu isolamento estava a caminho de tornar-se uma raça estável e forte, em contraposição com os mestiços indolentes da região costeira, mescla instável de raças. A ciência de Euclides é uma fé inabalável nessa “determinação em última instância” do fator *raça*. Existem raças superiores (o branco europeu) e raças inferiores (negros e índios); mas o pior de tudo é a mestiçagem que soma os caracteres negativos das raças em fusão, e o híbrido que produz está fadado a desaparecer a médio prazo, pois é, como diríamos hoje, “biodegradável”. A fé de

Euclides nessa “ciência” era partilhada por muitos sábios alienígenas que no século 19 opinaram sobre o Brasil e o seu futuro (ou falta de futuro); só que em Euclides essa fé cega o leva até a interpretar de maneira equivocada uma das fontes em que baseia sua “ciência” racista. Luís Costa Lima foi conferir tal fonte, e o resultado é surpreendente: Ludwig Glumplowick diz exatamente o contrário: nega essa teoria de “raças”. Talvez isto confirme a observação de Gilberto Freire, de que Euclides entendia mal o inglês.

Analisando as três grandes secções do livro, *A Terra*, cujas descrições são marcantes por sua exuberância verbal e potência literária, parece influenciada pelas descrições de Humboldt; mas, depois de tanta majestade de cenários, termina num fecho um tanto pífilo: recomenda-se fazer açudes. A secção *O Homem*, a que aludimos acima, é cheia de aporias, a começar pelo recurso a uma “essência” da nacionalidade, justamente colocada num tipo híbrido ou mestiço, em contradição com suas teorias da raça. Sendo o produto da hibridação fadado a desaparecer por força de sua degeneração imanente, os massacres perpetrados pelo exército da República apenas teria apressado uma agonia fatal; mas, por outro lado, tratando-se da “essência” ou cerne da nacionalidade, isso tinha o alcance de um abominável genocídio, um crime de lesa pátria, destruindo na sua nascente o grande povo do futuro. Na última secção, *A Luta*, encontram-se também pontos conflituosos. Euclides fazia parte do corpo expedicionário enviado contra Canudos. Seus sentimentos humanitários não podiam aceitar os terríveis massacres feitos pelo exército; mas sua posição na guerra não o deixava aprofundar a questão, nem partir para a denúncia. Além do que, a lógica de suas teorias sobre raça vinha confirmar o inevitável da vitó-

ria de uma raça superior, portadora do progresso, sobre uma raça inferior aferrada ao atraso.

Claro que uma curta recensão não dá uma idéia justa do excelente livro de Luís Costa Lima, e talvez passe por cima do que o autor ache mais válido: os problemas da simbiose de literatura e ciência, o papel da história e da descrição, etc. Talvez distorça o enfoque do Autor esse destaque nos pontos negativos, pois *Terra Ignota* não é um requisitório contra Euclides, a quem Luís C. Lima sabe admirar mais do que muitos de seus panegiristas. A fina análise a que submete o texto euclidiano, desvendando a construção de *Os Sertões*, destaca os méritos do grande escritor que não precisa de nenhuma condescendência, nem ocultação de suas falhas — muitas delas limitações daquela época — para constituir-se como um dos vultos principais de nossa literatura, e tornar *Os Sertões* um livro fundador de nossa identidade nacional. A capacidade analítica e teórica de Luís Costa Lima transparece a cada página desta *Terra Ignota*. Muitos dos problemas ali colocados estão num nível de profundidade, ou situam-se numa instância que ultrapassa o leitor comum, não especializado na problemática que constitui o campo de estudos do Autor, que tem dado uma contribuição da maior importância para a teoria literária no Brasil. O livro termina com dois substanciosos ensaios, *História e Literatura* e *O pai e o Trckster* — o indivíduo e a cultura nos campos metropolitano e marginal — que escapam, por assim dizer, ao “planeta Euclides” e entram na órbita das recorrentes preocupações do Autor sobre Cultura e Teoria Literária.

Paulo Meneses

FLÁVIO DOS SANTOS GOMES, *Histórias de Quilombolas. Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro — século XIX*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, 443 p.

O livro de Flávio dos Santos Gomes, “Histórias de Quilombolas. Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro — século XIX” foi premiado pelo Arquivo Nacional de Pesquisas, em 1993. Nele o autor se propõe estudar os quilombos na província fluminense, nos quadros de uma historiografia que deixou para trás as polarizações entre a perspectiva culturalista e materialista. Hoje, a historiografia demonstra maior sensibilidade aos processos históricos e seus componentes sociais transformadores; à lógica própria dos seus principais agentes — os quilombolas e aos significados políticos que eles conferiam às suas ações.

Gomes pretende “... remontar à gestação das várias comunidades de fugitivos, analisando suas economias, organizações sociais e suas ações de enfrentamento, com o objetivo de compreender os mundos criados pelos quilombolas, as reelaborações ocorridas nas relações entre senhores e escravos e as mudanças introduzidas no processo histórico no qual estavam inseridos” (p. 35).

Na “Introdução” (pp. 15-42), ao descrever a evolução dos estudos historiográficos sobre os quilombos no Brasil, oferece ao leitor a oportunidade de situar-se na temática, antes de acompanhar a sua original interpretação do complexo processo de constituição e transformação destas comunidades quilombolas na província do Rio de Janeiro, no século XIX.

O trabalho de Gomes está organizado em três partes. Na primeira, intitulada

A hidra de Iguaçu: uma história de liberdade no recôncavo da Guanabara (1812-1883). (pp. 43-178), reconstrói a história dos quilombos da baixada iguaçuana.

Estabelecidos próximos aos locais onde pudessem realizar suas trocas mercantis, não só se inseriram na economia local, como desenvolveram complexas relações sociais. As tabernas constituíam-se espaços de socialização onde vendeiros, cativos e quilombolas se encontravam.

O autor utiliza a metáfora “campo negro” para descrever esta complexa situação forjada pelos quilombolas, juntamente com outros sujeitos sociais. “Defino aqui campo negro como uma complexa rede social permeada por aspectos multifacetados que envolveu, em determinadas regiões do Brasil, inúmeros movimentos sociais e práticas econômicas com interesses diversos” (p. 63).

Discute, também, de que maneira o mundo dos quilombos afetou, modificou e reestruturou o mundo daqueles que continuavam escravos. “Os quilombolas procuravam, na medida do possível, obter uma maior autonomia e controle sobre suas vidas. Nessa busca, eles inclusive se engajaram em lutas políticas com dimensões amplas, nas quais eram feitas, desfeitas e refeitas alianças com outros grupos sociais” (p. 81).

Os quilombos de Iguaçu, para Gomes eram comunidades alternativas dentro da ordem escravista. “Com significado político próprio, eles forjaram uma face do processo de sua emancipação, vivendo suas histórias de liberdade” (p. 156).

O segundo capítulo, *As raízes do enfermo: comunidade e cultura escrava na insurreição quilombola de Vassouras* (1838) (pp. 179-325), trata da revolta em Vas-

souras, que teve como líder Manoel Congo.

O levante contou com a participação de escravos domésticos, de escravos de ocupações especializadas e também de mulheres. Escravos, na sua maioria africanos, parecem ter forjado um espírito de comunidade forte o bastante para fazer eclodir uma insurreição, cujo objetivo final era uma fuga em massa para formar um quilombo no interior da floresta.

Na organização das comunidades e nas lutas dos cativos no Brasil, pode-se reconhecer a influência profunda da experiência africana nos mais variados campos: militar, cultural, religioso, social e familiar.

Em 1838, uma comunidade das senzalas, em Vassouras, ao planejar uma insurreição e uma fuga em massa, deve ter assustado autoridades e fazendeiros. O autor, ao seguir os rastros do medo deixado pelos escravos na província fluminense constatou que, “se, de um lado, as autoridades e fazendeiros se apavoravam aos primeiros rumores de insurreições, imaginando planos articulados de escravos de várias fazendas, regiões, províncias e até mesmo de haitianos e de emissários estrangeiros, de outro, custavam a acreditar que os escravos tivessem essa perspectiva insurrecional mais abrangente. Contudo, o medo permanecia” (p. 275).

Esse ‘medo branco’ permanente ou cíclico das sublevações escravas ao longo do século XIX, pode ajudar na compreensão mais profunda do mundo dos escravos, pois nem sempre os medos “... tiveram os mesmos significados para senhores e escravos ou não os tinham como querem alguns” (p. 280), possibilitando uma análise relativa às permanentes transformações e reelaborações das relações entre senhores e escravos, das percepções dos próprios escravos a respeito de suas

estratégias de luta e das visões do poder público quanto ao controle social da população cativa.

“Entre medos, retaliações, barganhas, repressões etc., senhores e escravos, em variadas ocasiões, modificaram lenta, porém profundamente, os contornos do mundo em que viveram” (p. 294).

No terceiro capítulo, *Sob a onda negra: escravos e quilombolas agenciando a sua própria emancipação nas últimas décadas da escravidão* (pp. 323-402), a preocupação do autor é mostrar os diversos significados de algumas formas de aquilombamento e sua inserção no mundo da escravidão.

Para isto, olha então para as pequenas comunidades quilombolas e suas estratégias de resistência. O relato da captura de dois grupos de quilombolas, um em Macaé, em 1876, e outro no município de Campos, em 1880, são emblemáticos, pois, mostram escravos negociando sua volta à senzala, desde que certas exigências (venda para outra fazenda, castigos menos arbitrários e liberdade) sejam cumpridas.

“Longe de serem atípicos, no Brasil ou no restante das Américas negras, registram-se casos de insubordinações, revoltas, fugas e quilombos, nos quais os escravos procuraram enfrentar seus senhores e autoridades, tendo como objetivo fazer valer seus interesses, ainda que isso não significasse de imediato o fim da escravidão” (p. 360).

Perceber as diferentes visões de liberdade dos escravos, e ver como agiam em função dela para alargar seus espaços dentro da escravidão, é pré-requisito, na visão de Gomes, para se ver como “... escravos e quilombolas procuravam redefinir os contornos da dominação, ajudando assim a desintegrar ainda mais o sistema escravista” (p. 389).

Essa luta para alargar os espaços de autonomia levou os cativos a utiliza-

rem diversas estratégias. Ora aproveitavam as crises e turbulências entre senhores, políticos e autoridades para planejarem insurreições e fugas coletivas, ora lutavam para preservarem conquistas já obtidas. “Vale dizer com isso que o verbo resistir foi conjugado de diferentes formas pelos escravos no próprio processo histórico em que estavam inseridos” (p. 366).

Resgatam-se, assim, as relações dos quilombolas com a sociedade, deixando para trás as idéias de marginalidade, ou então de caráter excepcional destas relações. A criação de complexas relações sociais e a reconstrução cotidiana de seus espaços de luta possibilitou a muitos quilombolas e cativos mudarem o rumo de suas vidas e criarem uma rica cultura afro-americana.

O livro de Gomes vem confirmar a importância dos arquivos públicos para a reconstrução do nosso passado. Os historiadores têm sido surpreendidos com a riqueza escondida nos documentos cartoriais.

Ao reconstruir os espaços de luta e a complexidade das relações sociais estabelecidas pelos quilombolas, o livro supera algumas análises historiográficas que se recusavam a dar importância política aos aquilombamentos da segunda metade do século XIX.

Ao olhar o quilombo tendo como ponto de observação as senzalas, o autor constata, contrariando uma vez mais algumas assertivas da historiografia, “que o mundo das senzalas não era tão distante assim dos mocambos”.

Gomes com seu livro coloca-nos no centro de importantes controvérsias historiográficas: acerca da capacidade dos escravos de tirar proveito de normas estabelecidas pelos senhores e autoridades civis; da questão do controle pelos senhores através de concessões; da compreensão das ações de

liberdade e do processo de perda da legitimidade da escravidão.

Flávio dos Santos Gomes, com *Histórias de Quilombolas* se associa ao grupo de historiadores que na feliz expressão de Manolo Florentino “vêm conduzindo os negros escravos da cozinha para a sala de estar da historiografia”.

O texto de Gomes, baseado numa ampla pesquisa, abre-se como um leque assustando o leitor. Mas, o próprio autor se encarrega de socorrer seu leitor com breves sínteses retrospectivas ou indicativas dos temas a serem tra-

tados. Assim, nas páginas 81 e 156 sintetiza tópicos do primeiro capítulo, nas páginas 295 e 360 apresenta sínteses do segundo capítulo e na página 324 brinda-nos com um autêntico roteiro de leitura do terceiro capítulo.

O Arquivo Nacional está de parabéns por proporcionar aos leitores a oportunidade de entrar em contato com resultados de pesquisas de ponta no campo da historiografia.

Ênio Brito